

Ocupação e primeiros usos do território na região do Vale do Rio Pardo - RS: dos primeiros habitantes indígenas à apropriação militar dos campos de Rio Pardo

Rogério Leandro Lima da Silveira¹

RESUMO

O presente artigo aborda os diferentes momentos que constituíram os processos iniciais de formação de ocupação e de usos do território do Vale do Rio Pardo, região localizada na parte centro-oriental do estado do Rio Grande do Sul. Tendo por base o referencial teórico-metodológico desenvolvido por Santos (1996), Santos e Silveira (2001) e Silveira (2007), em uma primeira parte buscamos caracterizar, ainda que brevemente, a organização espacial e o uso do território que as diferentes sociedades indígenas desenvolveram no espaço regional. Num segundo momento analisamos os reflexos da conquista do Brasil e da produção do território colonial pelos impérios português e espanhol na formação do espaço regional. Nesse aspecto, em uma terceira e última parte, abordamos o processo de domínio militar das terras localizadas, especialmente, na porção meridional da região que, enquanto estratégia de ocupação e de apropriação territorial pelos luso-brasileiros do Sul do Brasil, acabou resultando na promoção e expansão do latifúndio pecuarista.

Palavras-chave: Território usado, organização espacial, Vale do Rio Pardo.

INTRODUÇÃO

Pensar e refletir sobre a história da formação territorial do Vale do Rio Pardo implica, antes de tudo, que tenhamos consciência de sua complexidade. Significa considerar os distintos agentes sociais que dela participaram, os diferentes e desiguais usos do território regional que nela tiveram lugar e os principais processos que ao longo do tempo foram estruturando o desenvolvimento da região. Implica também, e sobretudo, considerar, como ponto de partida dessa reflexão, o fato de que à época da conquista do território brasileiro pelos portugueses, no século XVI, essa região, como a maior parte das terras brasileiras, já se apresentava ocupada por diferentes sociedades indígenas.

Ou seja, a ocupação do território regional não inicia, como veremos, apenas no século XVII com a instalação das reduções jesuíticas espanholas, ou com a

¹ Geógrafo e Doutor em Geografia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (Mestrado e Doutorado) e do Departamento de História e Geografia, da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. E-mail: rls@unisc.br

penetração dos luso-brasileiros através das bandeiras de apresamento de índios e de gado, ou, no século XVIII, quando das incursões militares de portugueses e de espanhóis na disputa pela fixação da fronteira e pela dominação do território a ser colonizado, mas sim, bem antes, em tempos pré-históricos.

OS PRIMEIROS HABITANTES DA REGIÃO

O território compreendido pelos municípios que configuram a região do Vale do Rio Pardo caracteriza-se por apresentar um ambiente ecologicamente diversificado com diferentes zonas geomorfológicas e ambientais.

O espaço regional abrange, ao Norte, áreas de Estepe (campos e matas ciliares) do Planalto Arenito Basáltico, com altitudes entre 600 e 800 m, onde nascem os rios Pardo e Pardinho; no Centro, ao longo da encosta do planalto, na Depressão Periférica Gaúcha, a drenagem principal forma relevos bastante dissecados, com altitudes entre 17 e 100 m, recobertos pela Floresta Ombrófila Mista, no topo, e pela Floresta Estacional Decidual, nas encostas; e no Sul, a drenagem atravessa áreas de relevo cada vez mais aplainadas, onde se passa da ocorrência de morros, com vestígios da Floresta Estacional Decidual, para o domínio dos campos herbáceos e das áreas alagadiças, em cotas que na maior parte não ultrapassam os 50 m. Apenas no extremo Sul da região, em Encruzilhada do Sul, vamos ter um relevo intensamente dissecado em forma de colinas e algumas cristas, no Escudo sul-rio-grandense, em cotas de até 350 m, coberto por campos e matas ciliares. (COLLISCHONN, 2001).

A existência dessa diversidade ambiental possibilitou uma intensa ocupação pré-histórica, como evidenciam os inúmeros sítios arqueológicos encontrados na região, nos últimos 40 anos. Esses que compreendem um conjunto variado de tradições arqueológicas,² como a Umbu, a Humaitá, e a Tupi-guarani. (ROGGE, 2003).

Com base nas pesquisas arqueológicas realizadas por Ribeiro (1991) e no trabalho de Rogge (2003), procuramos ilustrar na Figura 1 a espacialização desse processo inicial de ocupação do território regional, destacando as áreas de ocorrência dessas tradições.

Há cerca de 10.000 anos, os primeiros habitantes da região foram os grupos indígenas de caçador-coletores da Tradição Umbu. Esses grupos indígenas viviam em zonas de campo e em áreas na encosta inferior do planalto e localizavam-se, preferencialmente, em locais altos e planos, próximos aos cursos de água. Além da não-utilização da cerâmica, apresentavam como característica o uso de material lítico, através da confecção, por meio das técnicas de percussão, pressão e

² Schmitz e Becker (1991, p.256-257), no âmbito da arqueologia, assim descrevem o significado de sítio e tradição: "Sítio é um lugar onde aparecem restos de ocupação humana; pode ser aglomerado de casas subterrâneas com seus acompanhantes, taperas de choças de palhas, acampamentos em abrigos rochosos, sambaquis, etc. (...) Tradições são conjuntos de materiais com características semelhantes que mantêm as características, isoladas como diagnósticas, dentro de um tempo e espaço amplos; mal comparando, abrangeriam o espaço e o tempo de uma nação indígena".

polimento, dos seus principais utensílios cotidianos: pontas de projétil, furadores, raspadores, talhadores, entre outros. Os remanescentes desse grupo na região, quando do contato com os europeus, foram denominados Minuanos. (RIBEIRO, 1991 e KLAMT, 2001).

Um segundo grupo indígena, também de caçador-coletores, da tradição Humaitá, povoou a região por volta de 3.000 anos atrás. Esse grupo ocupou inicialmente as áreas mais altas e florestais do planalto, e posteriormente áreas de encostas baixas e da planície. A maior parte dos sítios encontrados localiza-se no interflúvio entre o rio Pardo e o rio Pardinho, em cotas acima de 500m de altitude, próximos a vertentes e/ou a arroios. Esses indígenas igualmente desenvolviam instrumentos e utensílios de material lítico lascado por percussão como machados de pedra, talhadores e mãos-de-pilão. Posteriormente, por volta do século V, os descendentes desses grupos vão adotar o uso da cerâmica e desenvolver, entre outros, os cultivos do milho, do feijão e da mandioca, além de promoverem trabalhos de engenharia de terra como a construção de casas subterrâneas, taipas e terraços.

Os descendentes desses povos que sobreviveram nos séculos que se seguiram à conquista portuguesa e à colonização alemã foram identificados como Kaingáangs (SCHMITZ e BECKER, 1991; RIBEIRO, 1991 e KLAMT, 2001).

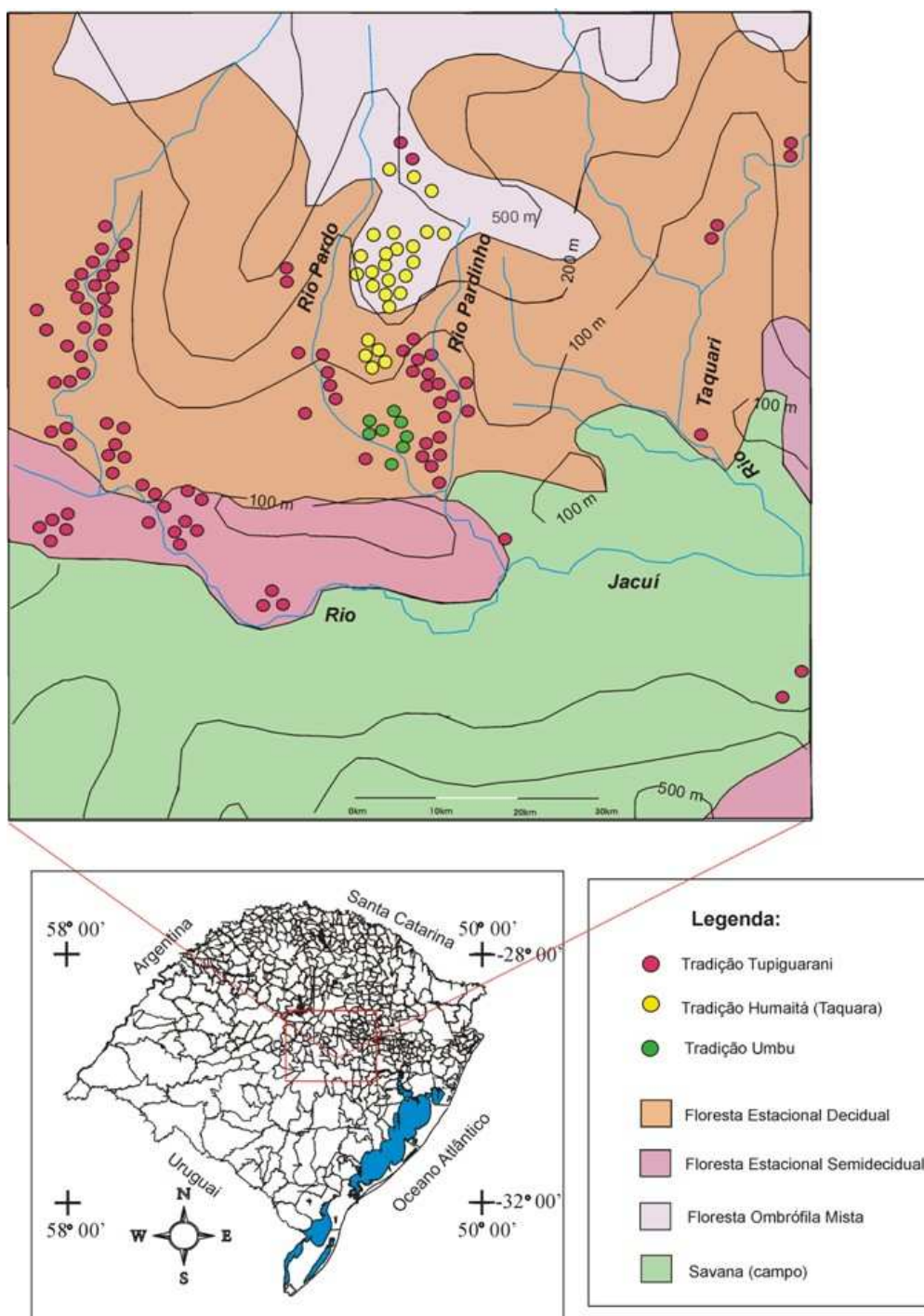


FIG. 1 - Vale do Rio Pardo: distribuição espacial dos primeiros habitantes

Fonte: Organizado por Rogério Silveira e Rita de Cássia Ritzel com base em ROGGE (2003)

O terceiro e último grupo indígena a ocupar a região foi o grupo ceramista e horticultor da tradição Tupi-guarani. Esse grupo migrou desde a Amazônia chegando ao Rio Grande do Sul há aproximadamente 2000 anos, ocupando especialmente os vales dos rios. Na região, os primeiros registros da presença dessa tradição datam de 1500 anos atrás.

Segundo Ribeiro (1981), esses grupos inicialmente ocuparam as várzeas do médio rio Jacuí, do médio rio Pardo, e do rio Pardinho, em áreas de matas galerias, e, posteriormente, subindo o rio Pardo, afastaram-se em direção, primeiro, às áreas próximas mais elevadas e depois ao alto dos morros e das serras, já no planalto. Os Tupi-guaranis caracterizavam-se pela constituição de grandes assentamentos, pelo significado da organização política e social do cacicado, e cultural da pajelança, além da confecção da cerâmica policrômica, corrugada e escovada, de machados de pedra polida e pelo sepultamento em urnas. Constituíam-se ainda em excelentes navegadores fluviais e horticultores, e complementavam sua subsistência com a caça, a pesca e a coleta.

Os usos iniciais do território regional no período de prevalência do meio natural

É preciso ter presente que essas distintas sociedades indígenas engendravam uma dada organização espacial que não se reduzia ao modo como cada unidade (sítio arqueológico) se distribuía sobre o espaço, mas que era resultado de um complexo e articulado sistema de assentamentos. Assim, a organização espacial de cada sociedade indígena, em determinado tempo e lugar, apresentava padrões diferenciados de distribuição, de formas, de funções e de hierarquias. Essas diferenças na organização espacial seriam resultado da variação sazonal de recursos e dos diferentes propósitos – econômico, social ou simbólico – do uso dos assentamentos. (FORSBERG, 1985 *apud* ROGGE, 2003, p.43-44).

Nessa fase inicial do processo de formação do território, há o domínio dos tempos lentos da natureza em relação às ações humanas dos diversos grupos indígenas. Diante das limitações e da escassez dos instrumentos e artefatos técnicos necessários à superação das condições impostas pelos sistemas naturais, as ações humanas e os usos do território informavam uma permanente busca de adaptação à dinâmica natural do território.

Alguns aspectos do modo de produção dos guaranis, principal grupo que ocupava o Vale do Rio Pardo nesses tempos que antecedem e também são contemporâneos da penetração e ocupação dos europeus e luso-brasileiros no território regional, ilustram bem esse período primeiro da formação territorial.

A prática da agricultura pelos guaranis, além de representar o principal esteio da sua reprodução social, também revela uma dada dinâmica de uso do território. São eles os responsáveis pelo desenvolvimento inicial da agricultura no território através da introdução e difusão espacial de culturas tropicais como as do feijão, do milho, do amendoim, da mandioca, da abóbora, do algodão e do fumo. O processo tradicional de cultivo das culturas levava em conta a dinâmica ecológica de cada planta, o que resultava na produção, separada ou consorciada, em diferentes períodos do ano e em sintonia com o ciclo natural do tempo, com os distintos e sucessivos regimes climáticos próprios a cada estação do ano.

De todo modo, nesse período, é comum entre os guaranis um modo de produção agrícola, que, diante das limitações técnicas existentes e de uma profunda dependência às condições naturais, desenvolva através do trabalho

comunitário e solidário, de seu conteúdo mágico-religioso e da adaptação ao ambiente em que vivem, as condições possíveis de superação desses limites. Nesse aspecto, merece destaque a descrição de Brochado quanto ao processo de cultivo da mandioca através do uso da técnica da *coivara*, tradicionalmente adotada pelos guaranis em sua produção agrícola:

A derrubada das árvores, de maneira a abrir uma clareira para o cultivo, é feita por meio de machados de pedra polida em forma de cunha, com a parte mais larga menos espessa. (...) [O que] permite o corte de grandes árvores. Executam entalhaduras na direção em que desejam que se dê à queda ou cortam ao redor de todo o tronco, em forma anular, machucando as fibras e queimando-as com fogo. As árvores maiores são feitas cair sobre as menores, derrubando-as também, sem muito dispêndio de energia. Os troncos finos dos arbustos de pequeno porte são quebrados a mão, os galhos amontoados e depois da secagem ao sol, queimados. A derrubada e a queima são trabalhos executados em geral de forma coletiva (mutirão, puxirão ou minga). Posteriormente, executam o plantio entre os tocos, troncos e galhos semicarbonizados, simplesmente afrouxando a terra com uma estaca pontiaguda e introduzindo as estacas da haste da mandioca. (BROCHADO, 1977, p.27-30).

Diante dessas condições e desse modo de produzir, “em alguns poucos anos o solo da roça, lavado pelas chuvas, perde a fertilidade ou é invadido por ervas daninhas e a sua produção decai, é então abandonado, abrindo-se uma nova roça, mais distante”. (BROCHADO, 1977, p.24).

A busca da reprodução social dos guaranis implicava a necessidade de possuírem um amplo território que possibilitasse percorrê-lo, temporariamente, em busca de novas áreas de cultivo, e que também permitisse, quando preciso, renovar as fontes de abastecimento de proteínas através da caça e da pesca, respectivamente, junto às áreas de mata e próximas a rios e lagoas. Todavia, Schmitz (1991) assinala que a tecnologia desenvolvida pelos guaranis, nesse período, impunha limites a esses deslocamentos, ou mesmo à apropriação territorial de novos espaços, uma vez que viviam mais bem adaptados ao ecossistema da mata subtropical, especialmente nas áreas da encosta baixa, quente e úmida do planalto, ao longo dos cursos médios dos rios nele encaixados, como o Jacuí, o Pardo e o Pardo.³

Nesse aspecto, se valiam de duas estratégias para viabilizar sua reprodução, engendrando assim um modo particular de uso e de organização do território. Ora desenvolviam, se valendo do complexo sistema de parentesco guarani, uma extensa rede de colaboração e de trocas entre as famílias estabelecidas em pontos distantes do seu território, a fim de buscar um melhor aproveitamento dos recursos naturais e humanos disponíveis; ora, diante do esgotamento dos recursos em um dado lugar, transferiam-se para um novo lugar, próximo, que apresentasse semelhantes características ambientais, e aí reconstituíam a aldeia. Esse movimento no âmbito do território guarani se desenvolvia e se repetia aproximadamente a

³ Schmitz (1991, p.310) assinala que, nesse período, “os guaranis não possuíam tecnologia suficiente para colonizar outras áreas próximas, como a floresta higrofila da Serra do Mar, as matas de araucária, ou os campos da Campanha ou do Planalto”.

cada três anos, permitindo assim a reconstituição natural das antigas áreas ocupadas. (SCHMITZ, 1991). Além disso, esse movimento temporário de partida e de retorno também pode ser explicado pelo fato de que na cultura guarani “as plantações pertencem a quem as tenha feito e que a terra cultivada por um indivíduo lhe continua pertencendo indefinidamente. (...) Qualquer roça abandonada continua sendo “posse” de quem a fez.” (SCHADEN, 1974, p.49).

Merece também destaque, no processo de uso do território, a presença e a valorização de um intenso sentido e significado mágico-religioso nas mais variadas atividades e ações desenvolvidas pelos guaranis. De acordo com Schaden (1974, p.38), “seja um puxirão [mutirão], a colheita dos produtos da roça, a partida para uma viagem, o aparecimento de qualquer fenômeno inesperado ou invulgar – tudo, enfim, pode ser motivo para rezas e danças rituais”. O fumo – um dos cultivos introduzidos pelos guaranis no território regional ⁴ – adquire um papel relevante nas suas cotidianas manifestações culturais, especialmente em dados rituais.⁵ A esse respeito, Ribeiro (1981 e 1991) relata a descoberta em diversos sítios arqueológicos encontrados no Vale do Rio Pardo, de inúmeros tipos de cachimbos de cerâmica e de madeira utilizados pelos grupos guaranis, demonstrando assim a existência do cultivo e do uso do fumo pelos guaranis na região, antes e após a chegada dos europeus.

A conquista do Brasil e a produção do território colonial: a lógica e a dinâmica dos sistemas coloniais espanhol e português

A conquista, a ocupação, o povoamento, enfim a produção do território colonial do Brasil, a partir do século XVI, significaram a instituição de novos usos sociais do território, e a configuração de novas formas espaciais que, pela sua particularidade e funcionalidade, acabaram se sobrepondo, se impondo, ao meio natural e às sociedades preexistentes.

Além disso, como lembra Moraes (2000), para que possamos entender a lógica da formação do território colonial e da sua valorização espacial, devemos também levar em conta as relações sociais, econômicas e políticas desenvolvidas nos processos de conquista e de colonização. Isso nos leva a considerar a importância da articulação e da mediação das escalas espaciais, uma vez que aqueles processos são engendrados e combinados desde distintas escalas espaciais: a dos lugares da colônia, a das metrópoles coloniais, e a da economia-mundo européia.

⁴ Quanto à origem do fumo, Hoehne (1937, p.29-30) assinala que a planta tabaco ou fumo, identificado como *Nicotiana tabacum* L., é nativa e originária das regiões da América do Norte, Central e Sul, e tem aí o lócus de difusão de seu cultivo. Segundo ele, “uso do fumo entre os aborígenes deste nosso continente foi constatado pelos marinheiros que vieram com Colombo e que depois disto foi confirmado como existente nas roças indígenas de todas as tribos”.

⁵ De acordo com Shaden (1974, p.44-45), muitas das tribos de índios guaranis têm o hábito de mascar o fumo e/ou de fumá-lo em cachimbos fabricados com barro. Quanto aos “mascadores de fumo”, ele coloca que, “não só nas cerimônias religiosas, mas a qualquer hora do dia ou da noite o Kayová menos aculturado faz uso do pó de fumo”.

A conquista e a ocupação do Brasil por Portugal, e mesmo a disputa acirrada deste país com a Espanha pelo espaço brasileiro, se articulam e também refletem momentos vivenciados pela Europa na travessia, segundo Braudel (1985), do *longo século XVI*. Esses momentos são, próprios a um período de transição, de passagem da idade média para a modernidade, de crise da ordem feudal e de emergência de relações de produção capitalistas e do modo de produção capitalista. Embora essa transição ocorra em ritmos e intensidades distintas em cada um dos países europeus, é ela que anima o processo de acumulação primitiva de capital.

O expansionismo mercantilista quinhentista foi um componente central do processo de acumulação primitiva, implicando a produção de uma espacialidade própria. A articulação dos interesses da monarquia absoluta com os da burguesia mercantil resultou no aumento das expedições marítimas e na promoção de guerras que visavam à conquista territorial e ao controle monopolista de mercados, rotas e produtos, uma vez que, de acordo com Moraes (2000, p.48-49),

O produto da conquista, do saque e da pilhagem torna-se capital na Europa, sendo um valor adicional que retroalimenta a expansão e anima a economia do país difusor. (...) A ocupação territorial, por outro lado, realiza o limite ótimo do mercantilismo: o mercado cativo. (...) [Assim,] o monopólio dos lugares – seja para produzir, comerciar ou simplesmente trafegar – era vital para o desenvolvimento das economias nacionais européias.

Trata-se, conforme Novais (1998), de um sistema colonial em que as relações políticas mercantis entre o centro de decisão – a metrópole – e a área subordinada – a colônia – asseguraram a auto-suficiência metropolitana, permitindo-lhe melhores condições de competição com os demais Estados europeus. Assim, é no curso da abertura de novos mercados para o nascente capitalismo mercantil europeu que se justifica e se explica a conquista das terras americanas, entre elas a do Brasil. Das primeiras atividades de escambo com as sociedades indígenas passou-se ao povoamento, a fim de garantir a posse do novo continente, e também à produção complementar para o mercado europeu. Todavia, como lembrou Caio Prado Jr. (1965), a colonização moderna guardou na sua essência a natureza do empreendimento comercial: produzir para o mercado externo, fornecer produtos tropicais e metais nobres à economia européia – eis, no fundo, o “sentido da colonização”.

Tendo isso presente, convém também assinalar que as estratégias utilizadas pelas Coroas portuguesa e espanhola foram distintas em seus processos de colonização na América. A colonização espanhola desenvolveu-se tendo como principal móvel a exploração do ouro e da prata, e tendo como suporte um modo de organização espacial centrado em uma hierárquica rede de caminhos e de cidades.⁶ No caso do sul do Brasil e da chamada região platina, junto ao rio da

⁶ Moraes (2000, p.229-230) assinala que essa estratégia de ocupação e colonização baseada nas cidades tem como principais motivos: a existência anterior de um sistema urbano no qual as civilizações pré-colombianas estavam organizadas; a preocupação em não dispersar o diminuto contingente de espanhóis, tendo em vista as dimensões continentais do território conquistado; o interesse em efetivar um sistema de vigilância da população colonial e de controle dos embarques do ouro e da prata; o interesse em usar a rede de estradas e de cidades como suporte para o

Prata, os espanhóis buscaram, complementarmente, assegurar o domínio territorial lançando mão de um acordo com a Companhia de Jesus para povoar essas terras através da fundação de reduções e missões jesuíticas, nelas aldeando os indígenas nativos.

Portugal, por sua vez, empreendeu lenta e gradual ocupação e povoamento do território brasileiro, orientando-se desde o início, segundo Novais (1998, p.71-72), por:

...preocupações antes de tudo políticas: visava-se, através do povoamento, preservar a posse já então disputada pelos corsários holandeses, ingleses e franceses. (...) Quando enfim se enceta a colonização, é a agricultura que visivelmente se tem em mira nas cartas de doação das capitanias, onde o donatário recebe privilégio de fabricar e possuir engenhos d'água e moendas. Destarte, a colonização da América portuguesa organizava-se desde o início em função da produção açucareira, para o mercado europeu.

O processo de colonização levado a cabo por Portugal no Brasil acabou sendo realizado de modo pontual, junto ao litoral do nordeste e sudeste brasileiros, onde foram fundados alguns núcleos urbanos mais efetivamente povoados e cujas funções se resumiam à defesa e à administração do território e ao suporte portuário. Esses centros foram pontos terminais de uma ampla bacia de drenagem, cuja organização, através de uma precária rede de caminhos, promovia um povoamento disperso assentado na produção e circulação de produtos agrícolas, como o açúcar e o tabaco, e de modo complementar, na pecuária. (MORAES, 2000, p.233-234). Apenas a partir do século XVIII, com o desenvolvimento da mineração, é que esse padrão de ocupação territorial viria a ser modificado, com a gradativa, embora ainda lenta, interiorização da colonização através da articulação das cidades litorâneas com as áreas mineradoras de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

O extremo sul do território colonial permaneceu por longo tempo isolado e não aproveitado, economicamente, pela Coroa portuguesa. De acordo com Caio Prado Jr. (1967, p.94), essa região:

... entrará para a história política e administrativa da colônia em fins do séc. XVII; mas economicamente só começara a contar... [a partir da] segunda metade do séc. XVIII. Antes disso é apenas um território arduamente disputado por espanhóis e portugueses de armas na mão, e não terá outra forma de ocupação que a militar. Até aquele final do séc. XVII as fronteiras meridionais do Brasil se conservam não apenas indecisas, mas desconhecidas e descuidadas. Tratava-se de uma área deserta e que parecia sem grande interesse.

Essas considerações são importantes para que possamos agora avançar na compreensão do processo inicial de ocupação e de colonização pelos espanhóis e

desenvolvimento hierárquico e centralizador da organização colonial, do ponto de vista administrativo, militar, judiciário e financeiro.

portugueses do território atualmente compreendido pelo Rio Grande do Sul, especialmente, o da região do Vale do Rio Pardo.

A colonização ibérica do território do Rio Grande do Sul e seus reflexos na formação da região do Vale do Rio Pardo

É preciso termos presente que quando do contato inicial entre espanhóis e portugueses com as sociedades indígenas existentes no sul do Brasil, o território do Rio Grande do Sul, de acordo com o que dispunha o Tratado de Tordesilhas de 1494, estava subordinado ao domínio espanhol.

Para a Espanha, diante da inexistência de metais preciosos e da dificuldade em conquistar a ampla região compreendida pela área da mesopotâmia dos rios Paraná e Uruguai, e pela região do Tape – limitada pelos rios Jaguari, Ibicuí e Jacuí – a estratégia de ocupação dessa ampla parcela do território foi feita através da ação missionária da Companhia de Jesus. Isso porque a igreja espanhola, nesse período, era parte integrante do Estado espanhol.⁷ Além de buscar por meio da missão evangelizadora a catequização dos índios, essa ação missionária dos jesuítas espanhóis também tinha como objetivo instalar e consolidar uma rede de reduções jesuíticas em direção ao ocidente, de modo a possibilitar a ligação de Assunção, no Paraguai, ao litoral brasileiro. (PORTO, 1954).⁸ O conjunto dessas reduções/missões acabou por constituir um verdadeiro território missionário no sul do continente americano, constituído por grandes aldeamentos semi-isolados, com uma estrutura econômica relativamente autônoma baseada no trabalho comunitário dos indígenas.⁹

Do conjunto das reduções que foram criadas pelos jesuítas espanhóis, as primeiras foram erguidas nas regiões de Guaíra e de Itatim, a partir de 1610, enquanto as últimas, em número de dezoito, foram instaladas entre 1620 e 1634,

⁷ A conquista e a colonização espanholas da América processaram-se dentro da fórmula “a serviço de Deus e de sua majestade”. “Através do régio padroado, da teoria do vicariato e da propriedade da mão morta, a igreja hispânica fazia parte integrante do estado espanhol. O padroado real era o direito que o monarca tinha de nomear os sacerdotes para as igrejas, pagando-lhes côngruas como funcionários públicos. Era o rei que nomeava os missionários para as colônias... na América. Essa nomeação só teria valor em território do vasto império com a assinatura do monarca. Os bens imóveis da igreja espanhola faziam parte da propriedade da mão morta, isto é, só podiam ser alienados com o consentimento da coroa. Portanto, o Estado dominava a igreja espanhola”. (FLORES, 1996, p. 14-15).

⁸ “A evangelização ou missão era um dos meios de conquistar os gentios ou índios, colocando-os a serviço de Deus e do rei. Chamava-se de “redução” a aldeia ou povoado onde reduziam (colocavam) os índios para serem evangelizados pelos missionários. Com o decorrer do tempo, o termo missões, ato de evangelizar, passou também a designar a redução, local onde o índio era convertido à fé católica”. (FLORES, 1996, p.11).

⁹ A historiografia sobre a colonização ibérica costuma identificar duas fases no desenvolvimento das missões jesuíticas nessa região: uma primeira, que inicia em 1610 com a instalação das primeiras reduções em Guaíra e em Itatim e perdura até 1640 com a destruição das reduções do Tape pelos bandeirantes paulistas e a conseqüente fuga dos jesuítas para a região de Corrientes, na atual Argentina; e uma segunda que começa em 1680 com o retorno dos jesuítas para o Rio Grande do Sul, fundando os Sete Povos das Missões na fronteira noroeste durando até 1801, quando essa região é incorporada a Portugal por um grupo de militares e estancieiros de Rio Pardo.

na região do Tape, no atual Estado do Rio Grande do Sul. Entre essas, destacamos três reduções que foram instaladas na porção mais ocidental do atual estado gaúcho, todas localizadas no atual território do Vale do Rio Pardo. (Fig. 2).

Essas reduções foram erguidas por jesuítas espanhóis e por índios guaranis que antes habitavam a região missioneira do Guairá. Estes, ao sobreviverem ao ataque realizado pelas bandeiras paulistas àquelas reduções, migraram então para a margem direita do rio Uruguai com o intuito de retomarem, nessa região, o projeto de ocupação e colonização do território espanhol. São elas: a redução de Jesus Maria, criada em 1632 na margem direita do rio Pardo, no atual município de Candelária; a redução de São Joaquim, instalada em 1633 na Serra do Botucarái junto às nascentes do rio Pardo, no atual município de Barros Cassal; e a redução de São Cristóvão, erguida em 1634 na margem direita do Rio Pardo, abaixo da foz do Rio Pardinho, no atual município de Santa Cruz do Sul. (PORTO, 1954).

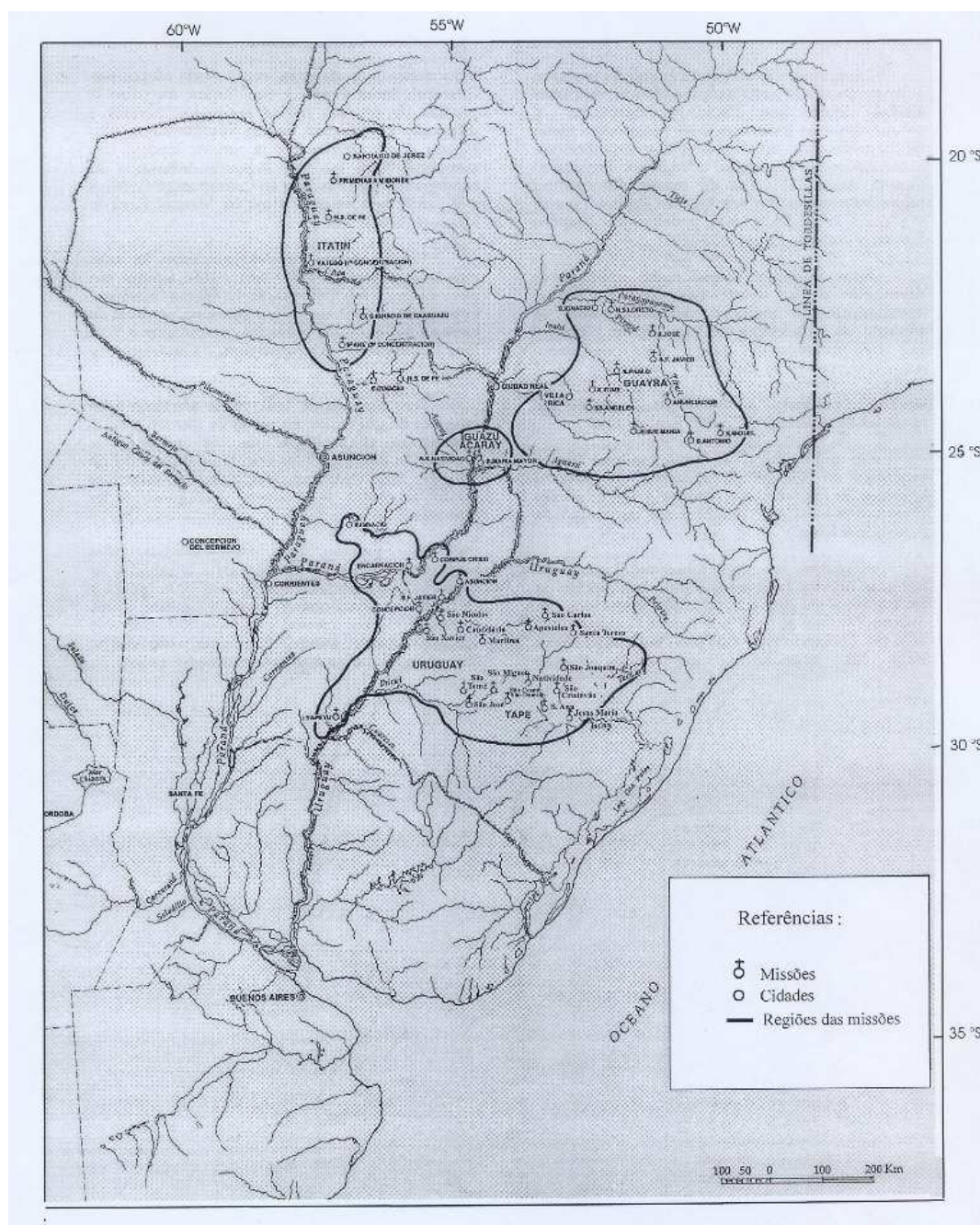


FIGURA 2 – Reduções e missões jesuíticas espanholas criadas no Sul do continente americano – século XVII

Fonte: MAEDER e GUTIERREZ (1995,p.67). Org. Rogério Silveira e Rita de Cássia Ritzel.

A criação dessas reduções jesuíticas no Vale do Rio Pardo representou um novo momento do processo de ocupação e de povoamento do território regional. Representou também mudanças quanto ao uso anterior do território pelas sociedades indígenas. Na verdade, essas mudanças se desenvolveram especialmente no âmbito do espaço das reduções jesuíticas, muito embora o tempo de duração desses aldeamentos tenha sido exíguo, uma vez que as mesmas foram destruídas em 1636.

Todavia, os usos do território introduzidos com a instalação das reduções jesuíticas acabariam influenciando decididamente na posterior dinâmica de ocupação colonial do Sul do Brasil e do Vale do Rio Pardo.

Embora nesse período houvesse o domínio das condições naturais sobre a dinâmica de reprodução da sociedade indígena, é preciso reconhecer uma relativa evolução do sistema técnico existente, resultado da relação entre jesuítas e guaranis. Isso pode ser constatado tanto na organização espacial interna das reduções, como também no âmbito do processo de produção propriamente dito.

De modo geral, as reduções apresentavam um padrão de ocupação do espaço constituído por um núcleo de edificações urbanas: a igreja, as casas dos jesuítas, a aldeia ou casa coletiva dos índios, e por uma área rural que compreendia as chácaras para cultivo, os ervais, os currais e as estâncias de criação do gado. Projetadas para se tornarem unidades de produção auto-suficientes, desenvolviam hortas familiares e comunitárias com culturas variadas como o milho, a mandioca, a erva-mate, o arroz, o feijão, o algodão, e o fumo – culturas essas já conhecidas pelos guaranis –, mas, também, o trigo introduzido pelos jesuítas espanhóis.

Esses cultivos visavam ao abastecimento da população aldeada, sendo o excedente comercializado com os espanhóis em Assunción e Buenos Aires. Confeccionavam seus tecidos, produziam artesanato, criavam os gados bovino, eqüino e muar e desenvolviam diversos ofícios necessários à sua reprodução. (PORTO, 1954; LUGON, 1977 e MORAES, 2000).

Quanto aos objetos técnicos então utilizados, Ribeiro (1981, p.135) assinala a descoberta no sítio da redução de Jesus Maria de "... material de ferro, especialmente as cunhas, machados, pontas, cavadeiras, (...) machados polidos, e também a construção de taipas ou muradas de terra, [o que] nos indica uma substituição de instrumentos de pedra, osso e madeira, por aqueles de maior eficiência" ¹⁰.

Ainda que os guaranis aldeados não tenham alterado o tradicional modo de cultivo da terra através das queimadas, o fato é que o contato, a comunicação, a troca de saberes entre índios e jesuítas foi fundamental para a melhora técnica em relação ao desenvolvimento agrícola. Assim, enquanto os guaranis transmitem aos jesuítas o conhecimento acumulado sobre a dinâmica dos ecossistemas locais, sobre a fauna, a flora, e as plantas cultivadas, os jesuítas, por sua vez, introduzem nas reduções a metalurgia, novas culturas como o trigo, e a pecuária. Assim, "aos instrumentos de ferro que ampliam o espaço cultivável em um menor tempo, os missionários jesuítas vão oportunamente agregando uma gradual diversificação de espécies vegetais e animais". (DE MASY, 1989, p.26-27).

Mas a grande inovação passava a ser a criação de gado, especialmente o bovino, o eqüino e o muar, introduzindo uma nova e controlada fonte de

¹⁰ Porto (1954, p.25) ilustra bem esse processo destacando que em Jesus Maria a criação da redução significou a construção de uma casa e de uma igreja (cobertas de palha e com paredes de taipa). "Criaram gado bovino, suíno e ovino". Nela, "o gado mais prosperou, colheram trigo e milho. O sistema empregado foi o de chácaras, isto é, a maioria dos índios vivendo em suas aldeias e não reduzido". Outro dado interessante é ter o Pe. Francisco Días Taño "montado uma forja para fazer cunhas, machados e outros instrumentos para a lavoura".

proteínas, bem como novos meios de arar a terra, e de transporte de carga. Desenvolvida de modo extensivo e sob a administração dos jesuítas, a pecuária implicou uma particular organização espacial no âmbito do desenvolvimento da redução. Nessa primeira fase das reduções, os jesuítas se preocuparam em organizar e delimitar estâncias, de modo a melhor confinar o gado a ser utilizado. Para tanto, se valiam da presença de serras, rios e matas espessas como obstáculos naturais. Construíram também currais junto às reduções para a recolha e guarda do “gado destinado à alimentação semanal do povoado, pois as estâncias localizavam-se a longa distância”. (FLORES, 1996, p.31).

Avançava-se assim no processo de adaptação à natureza buscando, através do aperfeiçoamento e da evolução técnica, e por meio do trabalho coletivo e solidário, promover um uso do território que possibilitasse maior diversidade de alimentos, assegurando assim a reprodução da comunidade indígena aldeada nas reduções.

Todavia, no contexto da chamada União Ibérica (1580-1640), período em que as Coroas espanhola e portuguesa estiveram unificadas sob o domínio da primeira, esse modelo de colonização do sul do Brasil acabou sofrendo os reflexos da implementação do contemporâneo sistema colonial português, especialmente os decorrentes da falta de mão-de-obra para o desenvolvimento da empresa colonial açucareira da colônia brasileira. Esses reflexos, além de imporem a destruição da maior parte desse conjunto de reduções, também promoveram as condições para mudanças na dinâmica de ocupação, povoamento e uso do território no Vale do Rio Pardo.

De acordo com Furtado (1984), a progressiva expansão do sistema de produção do açúcar no litoral do nordeste e sudeste brasileiros e dos seus graus de produtividade acabou impondo problemas de manutenção dos fluxos de abastecimento de mão-de-obra para as zonas dos canaviais e de engenhos. Para Pesavento (1985), essa questão acabou se agravando, especialmente para as regiões produtoras de São Vicente e do Rio de Janeiro, durante o domínio e a ocupação dos holandeses não apenas do nordeste brasileiro como também das feitorias africanas fornecedoras de mão-de-obra negra. Esse quadro adverso acabou engendrando, desde São Vicente e São Paulo, um fluxo interno de apresamento de índios no qual os bandeirantes paulistas acabaram se especializando na captura, no transporte e na comercialização dessa mão-de-obra para as zonas de produção do açúcar. Esse circuito espacial atravessou inúmeras áreas do território colonial brasileiro e, valendo-se da vigência da União Ibérica, acabou penetrando no território das missões espanholas e impondo a destruição sucessiva das reduções de Guaíra entre 1628 e 1632, de Itatim entre 1635 e 1641, e do Tape entre 1635 e 1641.

As reduções existentes no Vale do Rio Pardo “caíram” mediante a ação militar devastadora do bandeirante paulista Antônio Raposo Tavares que atinge a região em 1636 e nesse mesmo ano destrói as três reduções, aprisionando grande contingente de índios.¹¹ Nesse contexto, a preia aos índios aldeados nas missões

¹¹ Dessas três reduções, Jesus Maria e São Joaquim reuniam, quando de sua destruição pela bandeira de Raposo Tavares, em 1636, respectivamente: 1.600 e 1.000 índios. Para São Cristóvão, não há registro da população residente. (PORTO, 1954, p.149)

jesuíticas, pelo alto valor que os mesmos possuíam diante de sua disciplina e organização para o trabalho, acabou constituindo-se na primeira forma de articulação do território do Rio Grande do Sul e do Vale do Rio Pardo às áreas mais dinâmicas da colônia brasileira. Todavia, durante os quase trinta anos em que percorreram o território sul-rio-grandense, as bandeiras em nada contribuíram para a ocupação e o povoamento, não deixando sequer algum povoado inicial. (PORTO, 1954).

A destruição das reduções jesuíticas e as recorrentes investidas dos bandeirantes que se seguiram à região do Tape levaram à fuga jesuítas e índios aldeados sobreviventes para as missões existentes na margem esquerda do rio Uruguai. Os rebanhos por eles abandonados nas suas estâncias acabaram se reproduzindo e também migrando para o Sul, para a região delimitada pelos afluentes dos rios Jacuí e Negro e pela margem esquerda da Lagoa Mirim. Soltos, e ocupando os extensos e férteis campos dessa região, os rebanhos acabaram se reproduzindo naturalmente e, ao longo dos anos que se seguiram, constituíram grandiosas manadas de gado bovino, eqüino e muar, o que levou essa região a ficar conhecida como a Vacaria do Mar. (Figura. 3).

Com o fim da União Ibérica e a restauração de Portugal em 1680, têm fim as bandeiras de apresamento de índios, e os portugueses procuraram controlar o acesso à zona de mineração espanhola, fundando na margem esquerda do rio da Prata a Colônia de Sacramento. A partir de então, Portugal passou a incentivar expedições no sentido de consolidar essa posição estratégica. Os luso-brasileiros, lagunistas e vicentinos que então passaram a percorrer o caminho até a fortaleza de Sacramento, através do litoral gaúcho e uruguaio, descobriram a Vacaria do Mar. E passaram a capturar e a transportar gado *vacum* com o objetivo de comerciar animais e, principalmente, couro no mercado interno da colônia e no mercado europeu.¹² Esse também foi o objetivo de inúmeras incursões dos espanhóis instalados em Buenos Aires e Santa Fé, na atual Argentina.

Mas além dessa Vacaria, o retorno em 1682 dos jesuítas espanhóis para a região noroeste do território sul-rio-grandense e a instalação de sete novas missões – *os sete povos das missões* – também significaram o estabelecimento de inúmeras estâncias dos povos: extensas áreas de criação de gado para o abastecimento das novas missões. A Figura 3 evidencia a ampla espacialidade do conjunto dessas estâncias, na qual as de São Luiz e de São Lourenço compreendiam grande parte do espaço sobre o qual o território regional do Vale do Rio Pardo viria a ser formado. Os jesuítas espanhóis, sabedores das ações de pilhagem de espanhóis e portugueses na Vacaria do Mar, acabaram também criando, na região dos campos de cima da serra, nos atuais municípios de Vacaria, Soledade e Passo Fundo, a chamada Vacaria dos Pinhais.¹³ (Figura. 3).

¹² Segundo Pesavento (1985, p.10-11), essa atividade assumiu um conteúdo predatório. “Caçava-se o gado xucro para dele extrair o couro, que era exportado para a Europa por Buenos Aires ou Sacramento. (...) Neste período, a carne não era considerada um bem econômico, sendo consumida no local aquela necessária à subsistência por ocasião do abate e a restante deixada apodrecer. A chamada “preia de gado alçado” para a comercialização do couro movimentou o extremo-sul, atraindo as atenções para a região, que se tornou conhecida pela sua riqueza pecuária.”

¹³ De acordo com Bruxel *apud* Flores (1996, p.60) “Em 1702 o provincial Lauro Nuñez planejou fundar outra vacaria distante dos espanhóis e portugueses. (...) Escolheu os campos dos Aparados da Serra. (...) Cada

Entre o final do século XVII e o começo do século XVIII, com a decadência da atividade açucareira e o início da mineração no sertão brasileiro, vamos ter uma mudança na dinâmica econômica da colônia brasileira. A mineração de ouro e de pedras preciosas em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, além de significar um novo modo de promoção da acumulação primitiva por parte de Portugal no Brasil, passou também a engendrar mudanças no padrão de ocupação, de povoamento e de colonização do território colonial.

A promoção e ampliação da exploração mineral no interior do território fizeram com que ocorresse a interiorização de capitais, de um crescente fluxo de mão-de-obra escrava e de colonos portugueses e luso-brasileiros, levando ao surgimento e ao crescimento de inúmeros núcleos urbanos. Esse processo permitiu o desenvolvimento de um mercado interno na colônia, na medida em que passou a demandar crescentes quantidades de alimentos e meios de transportes que viabilizassem a circulação e articulação dessas áreas mineradoras com as principais cidades litorâneas.

Nesse contexto, os extensos rebanhos de gado *vacum*, eqüino e muar, então existentes nas Vacarias (do Mar e dos Pinhais) e nas estâncias dos povos missionários localizados no Sul do Brasil, passavam a assumir crescente importância no sentido de viabilizar a reprodução desse sistema de exploração mineral.¹⁴

Além do conhecimento prévio dos bandeirantes paulistas quanto à existência das manadas de gado, Simonsen (1977) atribui também a procura pelos rebanhos do Sul ao preço elevado do gado bovino nas áreas junto às zonas de mineração e à região açucareira.

Assim, através da pecuária, o Rio Grande do Sul finalmente começava a se integrar, de modo subsidiário, à economia colonial brasileira.

Para Pesavento (1985, p.13), esse movimento de tropeiros, mas também de contrabandistas, embora traduzisse os seus interesses particulares, também foi incentivado pela coroa portuguesa no sentido de viabilizar "o povoamento das terras ao sul de São Vicente até Sacramento." Especialmente, porque diante desse novo e crescente mercado aberto pela economia mineradora, e da valorização dos rebanhos aí existentes, iniciava-se uma acirrada disputa pela posse dos territórios do Rio Grande do Sul e do Uruguai.

missão contribuiu com certo número de gado, no total de 100.000 cabeças. Os animais foram levados por picadas através da floresta, depois fecharam os caminhos derrubando árvores sobre os pontos de passagem. Assim os animais estavam confinados em uma vasta pastagem natural".

¹⁴ Nessa época, além da crescente demanda de carne e de couro de gado *vacum*, tinha-se também a necessidade de animais de carga, como cavalos e mulas, que viabilizassem o sistema de transporte e de carga.

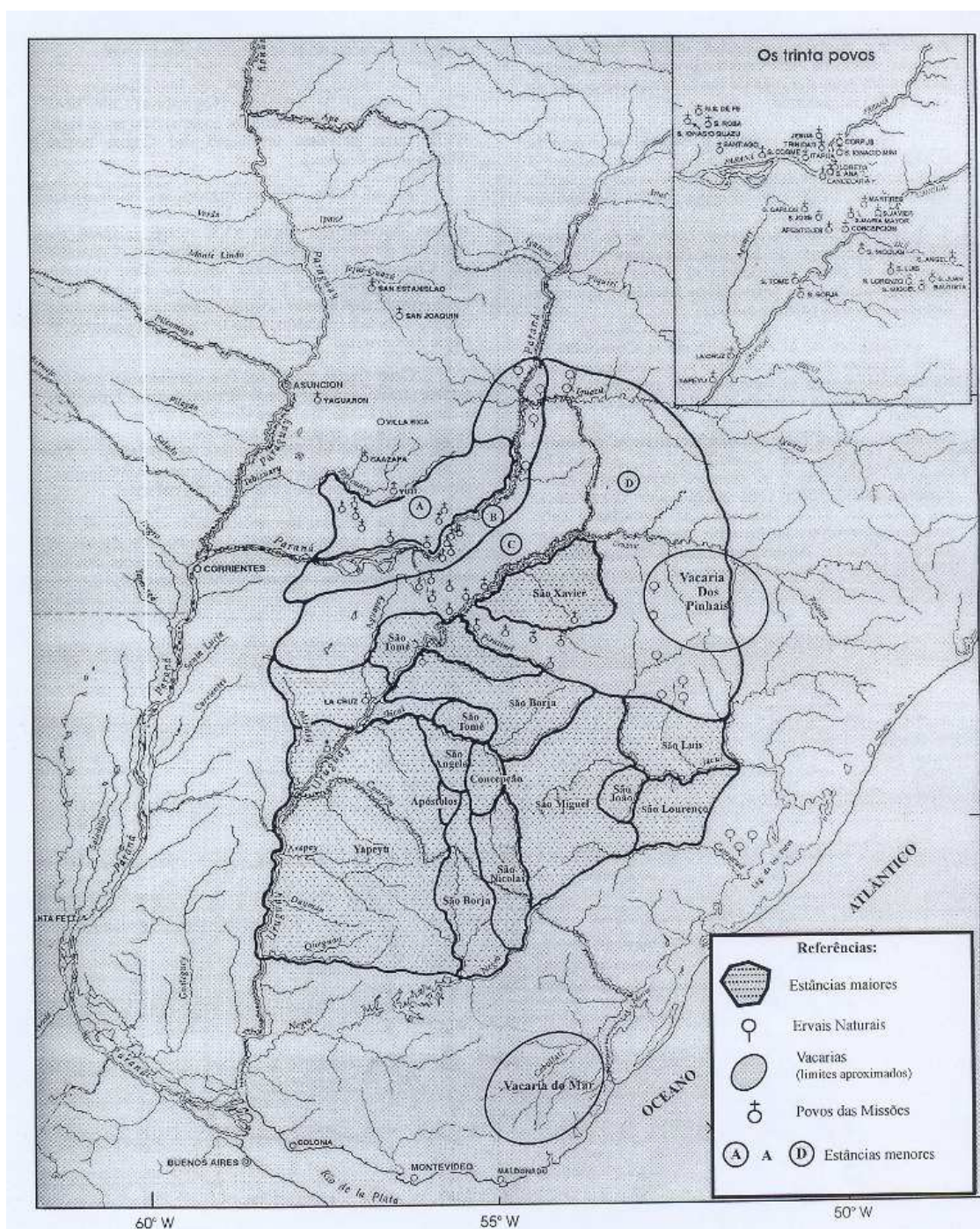


FIGURA 3 - Estâncias dos Sete Povos das Missões Jesuíticas e Vacarias do Mar e dos Pinhais

Fonte: MAEDER e GUTIERREZ (1995,p.67). Org. Rogério Silveira e Rita de Cássia Ritzel.

Nesse aspecto, a disputa, a luta pelo acesso e o apresamento dos rebanhos de gado por parte dos povos guaranis das missões, dos castelhanos e dos luso-brasileiros tornaram-se o motivo principal, a razão mesma de ser do processo de "apropriação da terra gaúcha", processo que acabou se revestindo de um nítido conteúdo militar.

A apropriação militar dos campos de Rio Pardo

A região do Vale do Rio Pardo foi uma das várias regiões gaúchas que participaram do desenvolvimento inicial da pecuária, enquanto espaço de apresamento de gado, de localização de currais e invernadas e também de criação de gado. Esse processo acabou significando a promoção de um novo modo de apropriação e de uso do território regional.

Em um primeiro momento, a atividade pecuária se desenvolveu através do apresamento de gado pelos tropeiros e contrabandistas luso-brasileiros que invadiam as terras para capturar o gado nas Vacarias do Mar e dos Pinhais, estendendo-se posteriormente para as estâncias dos povos, como as de São Luiz e de São Lourenço, no Vale do Rio Pardo. Nesse período, o processo de apresamento demandou a necessidade de instalação provisória, nessas terras, de currais e de invernadas. Os primeiros, com a finalidade de conter e guardar a tropa de gado que ia sendo capturada, até o momento de promover o seu deslocamento para os centros destinatários; e as segundas, pela necessidade de pouso para a tropa, durante as viagens. Em um segundo momento, tivemos a criação extensiva do gado quando houve uma transformação dos currais e das invernadas em construções permanentes que ocuparam certos espaços nessas áreas de terra. Trata-se do surgimento das primeiras estâncias, cujo plantel inicial de animais foi preado naquelas áreas originais de criação. (VIANA, 1974).

Para Pesavento (1985, p.15), o apresamento intensivo dos rebanhos selvagens promoveu sua devastação; “além disso, tropeiros que haviam sido bem sucedidos nos negócios do gado viram possibilidades de aumentarem seus lucros se investissem na criação”. Nesse aspecto, passava-se, então, de invasões periódicas e temporárias de terra para preia do gado, para a apropriação permanente de extensas faixas de terra com objetivo de nelas se instalarem estâncias e currais para a criação de gado.

Essa mudança fundamental no modo de ocupação e uso do território teve apoio institucional da Coroa portuguesa que, diante das dificuldades em manter o domínio de Sacramento, passou a promover ações mais incisivas em relação à ocupação e ao povoamento do vasto território entre a região do Prata e o núcleo de Laguna. Ou seja, a Coroa Portuguesa, a partir da terceira década do século XVIII, passou a estimular a ocupação e a posse útil de terras nessa ampla e conflituosa região, e a reconhecer oficialmente essas ações, legitimando-as com a concessão de sesmarias e datas de terras.¹⁵ Tratava-se da implementação do princípio do *uti possidetis*, ou seja, o da ocupação prévia de áreas em litígio, com o objetivo de nas negociações com a Espanha assegurar que cada uma das partes envolvidas ficasse com os territórios que até então efetivamente possuísse.

¹⁵ De acordo com Laytano (1950), Rüdiger (1965) e Vogt (2001), a sesmaria e a data são títulos de propriedades de terras concedidos gratuitamente aos demandantes por meio de Cartas, respectivamente, do Vice-Rei do Brasil ou do governador da Capitania, e dos comandantes militares da Capitania. O pré-requisito era o de que os demandantes previamente já houvessem realizado a apropriação da terra e apresentassem o estabelecimento de um rancho, de lavoura ou de criação. As sesmarias deveriam ter, em regra, uma área correspondente a uma légua de frente por três de fundo, algo em torno de 13.068 hectares. Já as datas correspondiam a áreas que, em média, possuíam até meia légua ou 1.500 braças, aproximadamente 272 hectares.

(PRADO JR, 1965). Como lembra Rüdiger (1965, p.13-14), "... o governo atribuiu-se, desde o momento em que se apoderou "*manu militare*" do território, a prerrogativa de reconhecer, por título legal, a posse das terras que iam sendo ocupadas por esses imigrantes".

Assim, iniciando pelo litoral e avançando pelo interior do território gaúcho, o processo de concessão de terras vai se difundindo de modo combinado com a definição da posse da terra e do gado, e com o estabelecimento das estâncias. Lembra Pesavento (1985, p. 15) que através dele "... a Coroa distribuiu terras aos tropeiros que se sedentarizaram ou aos militares que deram baixa e se afazendaram." Por sua vez, a possibilidade de obter a concessão de terras intensificou o apresamento e contrabando de gado que seria levado para as novas propriedades que foram sendo instaladas no território do RS.

No Vale do Rio Pardo, as primeiras sesmarias foram concedidas a partir de 1724 aos portugueses João Garcia Dutra, Gomes da Silveira, Antonio de Souza e Fernando Gonçalo, primeiros estancieiros da região. (LAYTANO, 1946). No entanto, foi apenas a partir de 1750, com a assinatura do Tratado de Madri, que as terras apropriadas por portugueses e luso-brasileiros na bacia hidrográfica do rio Jacuí, aí incluídas aquelas localizadas no Vale do Rio Pardo, começaram a ser legalizadas pela Coroa Portuguesa. Por esse Tratado, Portugal entregava Sacramento aos espanhóis, em troca dos Sete Povos das Missões. (Figura. 4).

Muito embora o Tratado de Madri, celebrado na tentativa de pôr fim à longa disputa militar pelo domínio da região platina, especialmente os territórios dos atuais Rio Grande do Sul e Uruguai, não tenha se efetivado, ele foi decisivo para o processo inicial de ocupação e povoamento do território do Vale do Rio Pardo, empreendido pela Coroa portuguesa. Após sua assinatura, a Coroa portuguesa determinou a pronta demarcação dos novos limites do território português no extremo Sul do Brasil. Para tanto, como base de apoio logístico e de defesa, em 1751 foi ordenada a construção de dois depósitos de armas, munições e víveres na margem esquerda do rio Jacuí: o primeiro, na confluência com o rio Pardo, onde hoje se situa a cidade de Rio Pardo, e o segundo, mais a leste, na localidade de Santo Amaro, no atual município de General Câmara. Em 1752, diante das características privilegiadas do sítio do depósito de Rio Pardo, foi ordenado que nele se construísse um forte. Esse Forte, batizado em 1754 de Jesus-Maria-José, desde então sediou o Regimento de Dragões e tornou-se estratégico na defesa dos interesses lusos no Sul do Brasil, e especialmente serviu de anteparo militar ao processo de apropriação das terras na chamada fronteira de Rio Pardo. (VOGT, 2001)

Com a anulação do Tratado de Madri, em 1761, pelo Tratado de El Pardo, as contendas pela disputa territorial e fronteira na região platina foram retomadas. Os castelhanos empreenderam grande investida militar a partir de 1763, quando as tropas de Pedro Zaballos tomaram a Colônia de Sacramento e invadiram o território sul-riograndense, conquistando a cidade de Rio Grande. Como consequência, "...grande parte da população civil, incluindo inúmeros casais açorianos, retiraram-se então para o norte, alcançando os campos de Viamão e as terras da fronteira do Rio Pardo". (RÜDIGER, 1965, p.27).

De acordo com Pesavento (1985) e Fortes (1978), as necessidades de proceder à demarcação da nova fronteira advinda com o Tratado de Madri e de intensificar a ocupação e o povoamento dessas novas parcelas do território colonial levou a Coroa portuguesa a estimular a imigração de casais açorianos para o sul do Brasil.

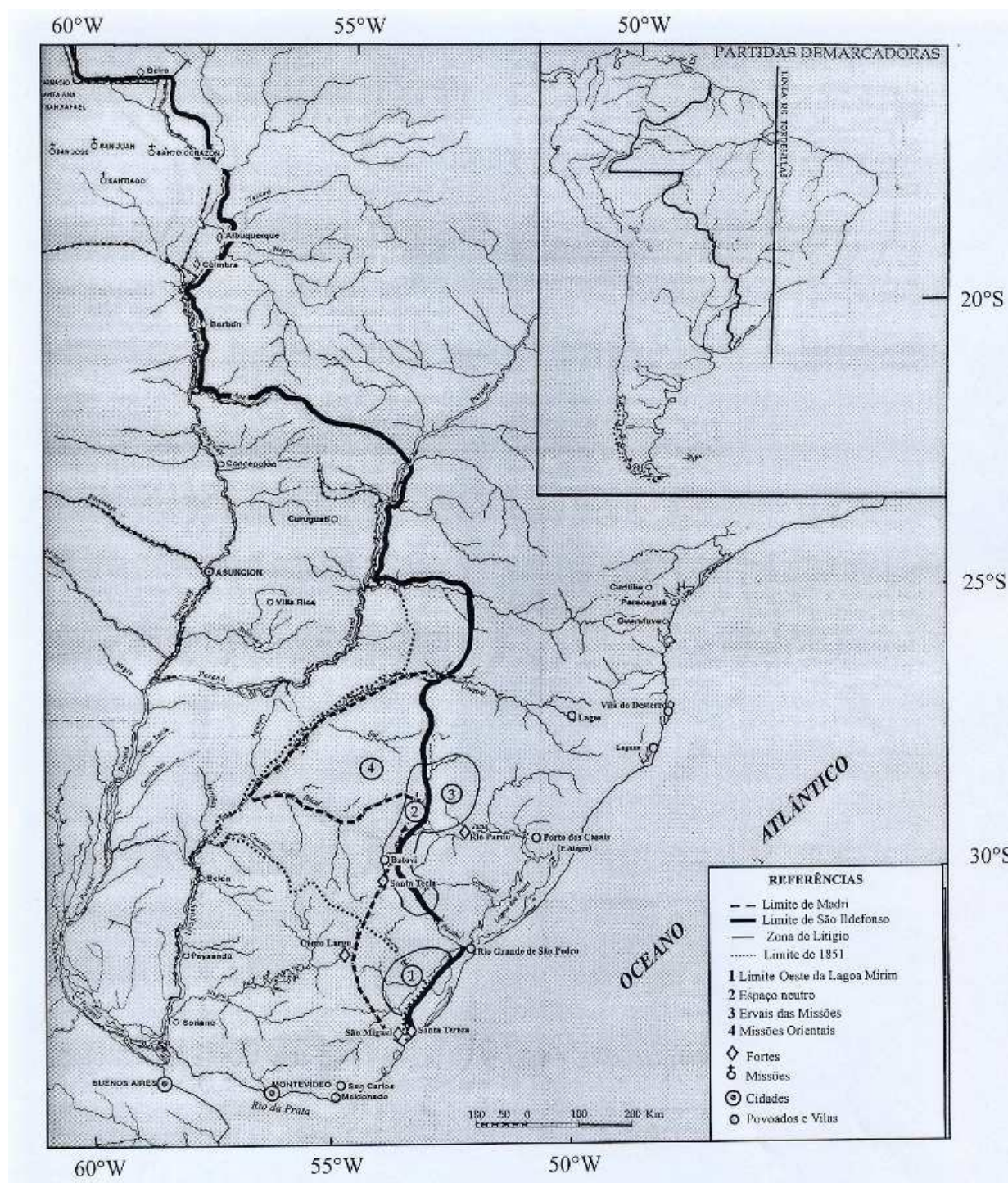


FIGURA 4 – Tratados de Madri (1750) e São Ildefonso (1777).

Fonte: MAEDER e GUTIERREZ (1995,p.61). Org. Rogério Silveira e Rita de Cássia Ritzel.

Todavia, o levante dos índios missioneiros em 1753, dando origem à Guerra Guaranítica até 1756, fez com que essa estratégia de ocupação e povoamento fosse revista. O que acabou prevalecendo foi a instalação dos casais açorianos, especialmente ao longo do litoral (sul) e na faixa da depressão central, em inúmeros núcleos ou povoados.

Na região do Rio Pardo, os casais foram assentados em Taquari, Santo Amaro, Rio Pardo e em Encruzilhada, onde receberam datas de terra, ferramentas e sementes que lhes pudessem prover os meios indispensáveis à sua fixação e existência material. Diante do diminuto efetivo do exército luso instalado no Forte de Rio Pardo, essa iniciativa buscava acima de tudo garantir a manutenção da linha de comunicação e de abastecimento, através do rio Jacuí, entre o comando militar aquartelado em Rio Pardo, na zona de fronteira, e os núcleos de retaguarda em Viamão e Rio Grande. (FORTES, 1978, p.79).

A consolidação do Forte de Rio Pardo fez com que fosse se constituindo junto à fortaleza um povoado que, além de militares e seus familiares, passou a contar com a presença crescente de comerciantes, forasteiros, tropeiros de gado, colonos açorianos, índios e escravos negros. Em 1769, diante da importância adquirida pelo povoado, esse era elevado à categoria de freguesia de Nossa Senhora do Rosário. Buscando a consolidação do forte, e de modo a assegurar a sua retaguarda, a Coroa distribuiu inúmeras sesmarias a povoadores pioneiros e a estancieiros, especialmente a militares, nas localidades de Taquari, Santo Amaro, Encruzilhada e Rio Pardo (VOGT, 2001 e RÜDIGER, 1965).

Rio Pardo, *a tranqueira-invicta*, conseguiu resistir aos ataques castelhanos e acabou servindo de base para a contra-ofensiva lusa que retomou à capital Rio Grande em 1776. (PESAVENTO, 1985).

De acordo com Vogt (2001), nessas recorrentes contendas os estancieiros compuseram a maior parte do contingente das tropas militares não-regulares que foram responsáveis pela expulsão dos castelhanos do território do atual Rio Grande do Sul. Em 1777, um novo Tratado foi assinado, o de Santo Ildefonso, promovendo a paz entre as Coroas. Com ele, acordou-se que, enquanto os espanhóis ficavam com Sacramento e a região dos Sete Povos das Missões, os lusos teriam sua fronteira ampliada a Oeste de Rio Pardo, tendo reconhecido sob seu domínio as áreas sobre as quais a Coroa portuguesa havia concedido sesmarias. (VOGT, 2001).

A disputa ibérica pelo território do Rio Grande do Sul e o vai-e-vem das fronteiras promoveram as condições para que os processos de ocupação, apropriação e uso do território também na região do Vale do Rio Pardo assumissem um conteúdo nitidamente militar, expresso na concordância e no apoio da administração colonial portuguesa à participação dos estancieiros e de seus peões agregados nas ações de defesa e de conquista do território.

Em contrapartida, a Coroa portuguesa teve de tolerar o poder e a autoridade por ela outorgados aos estancieiros. Esse poder esse que os estancieiros e militares tiveram institucionalizado quando receberam as concessões de sesmarias, e souberam aproveitar inclusive para se apropriar de áreas de terras muito maiores do que a legislação colonial permitia. Assim, a pecuária tornou-se nesse período o

móvel principal através do qual a conquista e a apropriação do território regional e do Rio Grande do Sul puderam ser efetivadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que, nos processos iniciais de ocupação e de povoamento do espaço do Vale do Rio Pardo e nos primeiros usos do território tivemos a presença de distintas sociedades indígenas que engendraram, cada uma a seu tempo, padrões culturais diferenciados de produção e de organização espacial. A limitação dos artefatos e dos objetos técnicos então disponíveis aliada à prevalência das condições impostas pelos sistemas naturais, resultou em ações humanas e em usos do território que informavam uma permanente adaptação às condições naturais.

Os tempos lentos da natureza fundamentaram a constituição do meio geográfico natural na região e orientaram a dinâmica de reprodução social dos grupos indígenas em sua relação com o espaço geográfico. Os Guaranis – um dos principais grupos indígenas que originalmente habitou a região – se destacaram pela introdução da prática da agricultura e, através dela, de técnicas de plantio, como a coivara, e de culturas agrícolas, como o milho, o feijão, a erva-mate e o fumo em folha. Dentre estes usos iniciais do território, a técnica de coivara associada ao cultivo do fumo, representou a base técnica original de produção do fumo na região, exercendo, posteriormente, forte influência na difusão espacial das lavouras de fumo, notadamente nas áreas coloniais da região.

Nesse primeiro período da história territorial do Vale do Rio Pardo também se fizeram presentes os reflexos e as determinações dos eventos e das ações relativas ao contexto de expansão do mercantilismo europeu, e de conquista territorial e de avanço do sistema colonial, por parte dos países ibéricos em relação ao Sul do Brasil e à região platina. As distintas estratégias de conquista territorial e de colonização, e os decorrentes processos de ocupação e de povoamento comandados pelas metrópoles portuguesa e espanhola envolveram diferentes agentes sociais e distintos lugares da ampla espacialidade colonial-mercantilista. Tais processos determinaram o acréscimo gradativo de objetos técnicos e de ações no espaço geográfico do Vale do Rio Pardo, promovendo novos usos sociais do território e a configuração de novas formas espaciais na região, notadamente em sua porção meridional.

A instalação das reduções jesuíticas espanholas na região, apesar do seu exíguo tempo de duração, possibilitou uma relativa evolução do sistema técnico existente e a produção de formas espaciais, decorrentes das relações socioculturais e da troca de saberes entre jesuítas e guaranis. Além de produtivas roças comunitárias de milho, arroz, feijão, trigo e fumo também foram se difundindo, no entorno das reduções, currais e estâncias de gado decorrentes da introdução pelos jesuítas da criação de gado bovino, equino e muar. Esta foi uma importante inovação no período, na medida em que além de representar uma nova e

controlada fonte de alimento, também serviu como novo meio de transporte e nova força motriz para a produção agrícola.

A destruição no século XVII das reduções jesuíticas pelas bandeiras paulistas de apresamento de índios determinou o abandono, a dispersão e a posterior reprodução natural dos rebanhos de gado pelos campos do Rio Grande do Sul e do Uruguai.

O contexto de acirramento de disputa militar entre portugueses e espanhóis pela fixação das fronteiras e pelo domínio territorial no Sul do Brasil, levou, inicialmente, a metrópole portuguesa e, depois, o governo imperial brasileiro a promover políticas de ocupação e de povoamento, assentadas na instalação de núcleos militares e na concessão de sesmarias e datas de terras para militares, tropeiros, comerciantes e estancieiros. No sul do Vale do Rio Pardo, essas políticas se realizaram através da instalação dos núcleos militares de Rio Pardo e de General Câmara, da constituição de inúmeros latifúndios pecuaristas assentados na exploração da mão-de-obra escrava e, mais tarde, do trabalho assalariado dos peões, e da afirmação do poder político e econômico dos estancieiros de gado.

Occupation and first uses of the territory in the area of Rio Pardo Valley - RS: from the first indigenous inhabitants to the military appropriation of the fields in Rio Pardo

ABSTRACT

The present article approaches the different moments that constituted the initial formation processes of occupation and use of the Rio Pardo valley territory, a region located in the center-oriental part of Rio Grande do Sul state. Having as basis the theoretical-methodological referential developed by Santos (1996), Santos and Silveira (2001) and Silveira (2007), in a first phase, we aimed at characterizing, although shortly, the spatial organization and the use of the territory that the different indigenous societies developed in the regional space. In a second moment, we analyzed the reflexes of Brazil's conquest and the production of the colonial territory by the Portuguese and Spanish empires in the formation of the regional space. In that aspect, in a third and last phase, we approached the process of military domain of the lands located especially in the meridional part of the region. While under occupation and territorial appropriation strategy by the Luso-Brazilian of the South of Brazil, they ended up resulting in the promotion and the expansion of the cattle farming latifundium.

Keywords: used territory, spatial organization, Rio Pardo Valley.

REFERÊNCIAS

- BRAUDEL, F. *A dinâmica do capitalismo*. Lisboa: Editorial Teorema, 1985.
- BROCHADO, J. P. *Alimentação na floresta tropical*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, Caderno nº 2, 1977.
- COLLISCHONN, E. O espaço natural na região do Vale do Rio Pardo – algumas considerações. In: SILVEIRA, R. L. L. e VOGT, O. *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001, p. 19-46.
- DE MASY, R. C. Técnica y tecnología agrarias apropiadas en las misiones guaraníes. *Estudios Ibero-Americanos*, PUC-RS, Vol. XV, nº 1, junho, 1989. p.21-47.
- FLORES, M. *Colonialismo e Missões Jesuíticas*. Porto Alegre: Edições Est, 1996. 3ª Ed.
- FORTES, J. B. *Os casais açorianos. Presença lusa na formação sul-riograndense*. Porto Alegre: Martins Livreiro - Editor, 1978.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, SP. 19ª Edição, 1984.
- HOEHNE, F. C. *Botânica e agricultura no Brasil no século XVI*. Brasileira – Biblioteca pedagógica brasileira. Serie 5ª, Vol. 71. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- KLAMT, S.C. A ocupação pré-colonial no Vale do Rio Pardo, RS. In: SILVEIRA, R. L. L. e VOGT, O. *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001, p. 47-68.
- LAYTANO, D. de . *Almanaque de Rio Pardo*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Tipografia do Centro, S/A. 1946.
- _____. *Fazenda de criação de gado*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1950.
- LUGON, C. *A república comunista e cristã dos guaranis, 1610-1768*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.
- MAEDER, E. e GUTIERREZ, R. Atlas histórico del nordeste argentino. Ed. Resistência: Instituto de Investigaciones Geohistoricas, 1995.
- MORAES, A. C. R. *Bases da formação territorial do Brasil*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2000.
- NOVAIS, F. A. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 6ª Ed., 1998.
- PESAVENTO, S. J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 4ª Ed., 1985.
- PORTO, Aurélio. *História das missões orientais do Uruguai*. Vol. III. Porto Alegre: Ed. Livraria Selbach, RS. 1954.
- PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 8ª Edição, 1965.
- _____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 10ª Edição, 1967.
- RIBEIRO, P. A. M. *Arqueologia do Vale do Rio Pardo, RS, Brasil*. Porto Alegre: PUC-RS, Tese de Doutorado em História do Brasil, 1991.
- _____. *O tupiguarani no Vale do Rio Pardo e a Redução Jesuítica de Jesus Maria*. Santa Cruz do Sul: APESC. Vol. 8, n 10. Junho, 1981.

- ROGGE, J. H. *Fenômenos de fronteira: um estudo das situações de contato entre os portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: UNISINOS, Tese de Doutorado em História, 2003.
- RÜDIGER, S. *Colonização e propriedade de terras no Rio Grande do Sul (Séc. 18)*. Porto Alegre: IEL/Secretaria de Educação e Cultura do RS. Cadernos do Rio Grande Vol. XIII Secção III, Estudos Rio-Grandenses nº 3. 1965.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. A. e SILVEIRA, M. L. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SCHADEN, E. *Aspectos fundamentais da cultura guarani*. São Paulo: EPU, EDUSP, 1974.
- SCHMITZ, P. I. Migrantes da Amazônia: a Tradição Tupiguarani. In: Kern, A. A. (org.) *Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1991. p.295-330.
- SCHMITZ, P. I. e BECKER, I. I. B. Os primitivos engenheiros do planalto e suas estruturas subterrâneas: a tradição taquara. In: Kern, A. A. (org.) *Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1991. p. 251-289.
- SILVEIRA, R. L. L. da. *Complexo agroindustrial do fumo e território: a formação do espaço urbano e regional no Vale do Rio Pardo – RS*. Florianópolis: UFSC. Tese de Doutorado em Geografia, 2007.
- SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.
- SIMONSEN, R. C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.
- VIANA, O. *Populações meridionais do Brasil*. Vol. II. O Campeador rio-grandense. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, RJ. 1974.
- VOGT, O. Formação social e econômica da porção meridional do Vale do Rio Pardo. In: SILVEIRA, R. L. L. e VOGT, O. *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001, 47-68.